



Publicada



2022

Práticas Pedagógicas para Inclusão de Crianças da Educação Infantil com Síndrome de Down¹

DUARTE, Ana Paula Barbosa – anapaula2015.apbd@gmail.com²

SANTOS, Maria de Lourdes Dias Ferragem dos – lurdinha88@hotmail.com

MAIA, Maria Nazareth Regis marianazarethmaia@gmail.com

MARQUES, Reilla Aparecida – reillaaparecida@hotmail.com

YOSHIDA, Gláucia – glaucia.yoshida@bssp.edu.br³

RESUMO

O presente estudo versa sobre práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Neste sentido, o objetivo é o de compreender e analisar a inclusão e a construção do conhecimento dessas crianças nessa etapa da educação em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), na cidade Goiânia, Goiás. Para tanto, empregou-se pesquisa de natureza qualitativa, partindo do levantamento de livros, artigos científicos e vídeos, além da pesquisa de campo. Nesta, utilizou-se a entrevista estruturada, a fim de identificar se a inclusão das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil ocorre de forma integral, com igualdade de oportunidades, num ambiente acolhedor, instigante e desafiador, em que predomina o respeito às diversas realidades, de forma a garantir aprendizagens essenciais a todas elas, independentemente de raça, classe social, cultura, crença religiosa e questões genéticas. Ressalta-se que todo os seres humanos são diferentes uns dos outros e possuem limitações, que podem ser trabalhadas e desenvolvidas.

¹ Artigo apresentado para Conclusão do Curso de Pedagogia da Faculdade BSSP

² Graduadas em Pedagogia pela Faculdade BSSP

³ Dr^a em Educação, Socióloga e Pedagoga, orientadora, prof. da Faculdade BSSP

É neste sentido que a educação se torna transformadora e acessível a todos: quando se resume em amor, respeito e empatia.

Palavras-chave: Afetividade; Desenvolvimento cognitivo; Escola; Inclusão; Síndrome de Down.

1. INTRODUÇÃO

A Licenciatura em Pedagogia é abrangente. Dessa forma, contempla o estudo acerca da inclusão de crianças especiais no ambiente escolar. A etapa da Educação Infantil, por exemplo, é fundamental para o bom desenvolvimento cognitivo dos educandos. Essa assertiva instigou a investigação sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down nessa etapa de ensino.

A Síndrome de Down é uma condição genética, e o desenvolvimento das crianças que a possuem está ligado a estímulos, incentivos e afetividade. Em um ambiente escolar, entende-se que a interação dessas crianças deve ocorrer por meio de jogos, da contação de histórias e do lúdico. Isso promove autoconfiança e, ao mesmo tempo, a inclusão delas no meio social, o que lhes é de direito (BRASIL ESCOLA, 2016).

Neste sentido, deve-se buscar uma educação em que todos possam exercer direitos e deveres, concretizando o que consta no art. 205º da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu

preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988: n. p.)

Sabe-se que a educação é um direito garantido a todos, sem exceções. Nesse âmbito, a inclusão se faz presente, pois é condição fundamental para o desenvolvimento do educando na escola, em família e sociedade. Por conseguinte, todas as crianças têm direito a uma educação plena.

Com base nessas considerações, o presente estudo aborda práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Portanto, o objetivo é o de compreender e analisar a inclusão e a construção do conhecimento dessas crianças nessa etapa da educação em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), na cidade de Goiânia, Goiás.

Para tanto, empregou-se pesquisa de natureza qualitativa, partindo do levantamento de livros, artigos científicos e vídeos acerca do tema, além da pesquisa de campo. Nesta, utilizou-se a entrevista estruturada, a fim de identificar se a inclusão das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil ocorre de forma integral, com igualdade de

oportunidades, num ambiente acolhedor, instigante e desafiador, em que predomina o respeito às diferenças, de forma a garantir aprendizagens essenciais a todas elas, independentemente de raça, classe social, cultura, crença religiosa e questões genéticas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O que é Síndrome de Down

A Síndrome de Down não é uma doença; é uma condição genética. Em 1866, o Dr. John Langdon Down notou algumas semelhanças fisionômicas em determinadas crianças com atraso mental. Inicialmente, ele empregou o termo mongolismo para descrever a aparência. Em 1959, o geneticista Jérôme Lejeune detectou que a causa dessa síndrome era um erro na distribuição dos cromossomos: as células devem receber 46 cromossomos, mas, no caso em questão, recebem 47. Esse cromossomo a mais se liga ao par 21, dando origem a Trissomia 21. No decorrer da gestação, quando ocorre a divisão celular, surgem 3 cromossomos número 21. A condição normal é de apenas 2. No entanto, esse cromossomo a mais provoca atrasos na aprendizagem e no desenvolvimento social.

É importante mencionar que as crianças portadoras da síndrome nascem com problemas no aparelho digestivo, na coluna, na tireoide, nos olhos e, às vezes, algumas anomalias cardíacas.

Uma das principais características das crianças com Síndrome de Down diz respeito à deficiência intelectual, pois a aprendizagem delas ocorre em um ritmo mais lento. Além disso, entre elas, há características semelhantes, a saber: obesidade, nariz pequeno, estrabismo, catarata, olhos puxados, linha única na palma da mão, baixa estatura, rosto achatado, articulações flexíveis, hipotonia muscular, excesso de pele na nuca, boca aberta (muitas vezes, mostrando a língua), orelhas ligeiramente menores e implantadas mais abaixo, boca, mãos e pés pequenos, dedos mais curtos, dedos mínimos das mãos curvos, dedão e segundo dedo dos pés afastados. Segundo Alves (2011 apud MATTOS, 2016:11), “todas estas características são semelhantes, não importando a que raça pertença a criança”.

As crianças com Síndrome de Down são capazes de aprender e de se desenvolver como qualquer outro ser humano. Para tanto, é necessário estimulá-las desde a infância, para que desenvolvam suas capacidades, e isso deve

ser feito respeitando o seu ritmo e a sua singularidade.

De acordo com Vygotsky (2006 apud PACHECO, 2017:103):

As possibilidades de desenvolvimento das funções mentais e da inteligência relacionam-se ao interacionismo e à estimulação das potencialidades dos sujeitos. Assim, as formas de desenvolvimento podem variar de acordo com a cultura, as particularidades dos sujeitos e a interação entre dois fatores.

Nesse sentido, tanto as crianças sem algum tipo de anomalia quanto as portadoras de Síndrome de Down precisam de estímulos para que possam se desenvolver adequadamente. Salienta-se que, quanto mais diversificado for o meio sociocultural, maiores são as possibilidades de aprendizagem dessas crianças.

Acerca da Educação Inclusiva, esta significa:

[...] pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (GLAT, 2007 apud MATTOS, 2016:14)

Nota-se que a escola cumpre papel significativo no processo de inclusão. Isso porque, por meio do contato e sem distinção.

2.2. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil

A educação inclusiva é uma educação para todos, visto que proporciona a cada um a oportunidade de expressar-se, construir-se e desenvolver-se a partir de suas capacidades, por meio da interação com os outros.

No contexto de uma educação inclusiva, o educador deve desenvolver atividades que venham favorecer à aprendizagem dos alunos, estimulando a capacidade de organização de cada um; claro, considerando as especificidades.

Neste sentido, as práticas pedagógicas que envolvem leitura, escrita e oralidade devem ser adaptadas de acordo com as características de cada um, respeitando suas limitações e considerando suas habilidades (SILVA; DUHART; PEREIRA, 2019).

Nesse contexto, atividades que associam imagens, como embalagens e as respectivas informações, contribuem para que o educando consiga fazer uma comparação visual, possibilitando ao educador verificar o nível de dificuldade de interpretação e habilidade escrita do aluno.

Nota-se que as atividades trabalhadas devem exigir um nível básico de atenção, instigar a memória de curto prazo, conectar-se com a vida cotidiana do educando, incentivar o repertório verbal, estimular a discriminação visual e auditiva, sendo trabalhadas uma por vez. Esse processo auxilia na construção da autonomia. Por isso, é imprescindível dar oportunidade e atribuir tarefas, promover atividades envolvendo músicas, jogos individuais e coletivo, conceitos matemáticos, desafios (situações-

problema) e conhecimento acerca do mundo (Geografia, História e Ciências).

E ainda, é essencial que o educador crie, na aula, situações que permitam trabalhos em grupo, para maior interação, melhor convívio e resultados nas dinâmicas. É a partir da convivência que as crianças começam a aceitar seus pares com suas diferenças, interagindo e incluindo-se na sociedade.

É importante mencionar que crianças portadoras de Síndrome de Down apresentam diferentes formas de aprendizagem, bem como dificuldades e fragilidades. Contudo, são capazes de realizar as tarefas atribuídas mediante estímulos e intervenções. E quanto maior for seu desenvolvimento, mais potencializadas serão suas habilidades. Considerando as práticas pedagógicas junto a crianças com Síndrome de Down, deve-se destacar alguns aspectos:

Visual: é necessário que elas fiquem próximas ao *datashow* ou quadro; deve-se utilizar letras maiores e ser específico ao explicar o conteúdo dentro de sala de aula.

Audição: é desejável reforçar o discurso com expressões faciais, sinais ou gestos; deve-se explorar figuras, fotos e objetos e sempre repetir para elas os comandos e as explicações.

Fala e linguagem: é importante criar oportunidades para que possam comunicar-se e expressar-se com outras pessoas; deve-se falar olhando nos olhos delas e utilizar linguagem simples.

Aprendizagem: é importante verificar se entenderam as explicações e observar as maiores dificuldades encontradas por elas.

Capacidade de concentração: é recomendado elaborar tarefas curtas, focalizadas e definidas

claramente, bem como desenvolver atividades criativas, respeitando as limitações de raciocínio do educando; deve-se, também, explorar mídias digitais.

Quadro 1 – Aspectos que devem ser considerados nas práticas pedagógicas com crianças com Síndrome de Down
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Nesse contexto, é necessário que o educador faça uso de uma variedade de materiais e métodos que auxiliem no desenvolvimento do conceito abstrato, com explicações claras e objetivas. E mais, é imprescindível, conforme a lei, que a criança com Síndrome de Down possa usufruir de seus direitos, tendo acompanhamento profissional das áreas de fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia, contribuindo, assim, para os desenvolvimentos cognitivo, sensorial e motor, estimulando o potencial dela.

O capítulo V da Lei n.º 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que trata da educação especial, dentre outras determinações, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

§ 3º A oferta de educação especial, [...] tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com Necessidades Especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior; [...]., diz que [...]. (BRASIL, 1996: n. p.)

Conforme a lei mencionada, todas as crianças especiais possuem o direito ao ensino, à aprendizagem e à integração. Desse modo, as práticas pedagógicas são de suma importância para o desenvolvimento cognitivo delas. No âmbito escolar, cooperam para esse desenvolvimento: jogos e brincadeiras, contação de história, perspectiva de inclusão, afetividade, autoconfiança e interação social.

2.2.1. Jogos e brincadeiras

Os jogos são importantes para o processo de desenvolvimento e aprendizagem de uma criança. Quanto às brincadeiras, por meio delas as crianças constroem a própria identidade, a imagem de si mesmas e do mundo que as cerca. Assim sendo, o jogar e o brincar na Educação Infantil devem ser vistos como estratégias a serem utilizadas pelo educador. Este, por sua vez, deve

privilegiar o ensino dos conteúdos da realidade, tendo os jogos e as brincadeiras um lugar de destaque no planejamento pedagógico, favorecendo, assim, a aprendizagem.

Pesquisas mostram que crianças com Síndrome de Down se desenvolvem muito mais por meio de estímulos. Neste sentido, jogos e brincadeiras tornam-se meios de aprendizagem e socialização para elas.

De acordo com Freitas (2010 apud MATTOS, 2016:19):

A brincadeira constitui atividade fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, considerando o desenvolvimento de sua identidade, de sua autonomia, da aprendizagem, da personalidade, dentre outros aspectos. É através do brincar que a criança se expressa, ou seja, desenvolve sua comunicação, além de sua cognição, motricidade e socialização.

Dessa forma, a criança antecipa o seu desenvolvimento e expande a imaginação, adquire motivação, habilidades e atitudes. Pode-se afirmar, assim, que jogos e brincadeiras favorecem a interação social.

Ainda segundo Freitas (2010 apud MATTOS, 2016:24), “Independentemente do lugar em que o brincar é realizado, esta atividade continua sendo a principal fonte de estímulo para o desenvolvimento da criança de modo geral, uma vez que tem influência sobre os aspectos afetivo, cognitivo e social”.

É importante ponderar que os jogos e as brincadeiras devem estar presentes nas atividades desenvolvidas na

Educação Infantil. Por meio deles, é possível trabalhar, de forma integral, os aspectos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais da criança. Neste sentido, pode-se afirmar que:

Mesmo que a criança com síndrome apresente certa dificuldade em relação aos conteúdos simbólicos durante as brincadeiras, é importante se ter em conta que tipo de estimulação ela recebeu ao longo de sua vivência, se a educação que se deu a ela permaneceu apenas no nível das funções elementares ou se buscou o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, tais como o raciocínio lógico. (FREITAS, 2010 apud MATTOS, 2016:21)

Não basta qualquer jogo ou brincadeira. É importante saber escolhê-los; de preferência aqueles que estimulem as portadoras da síndrome, adequando-se às suas necessidades de desenvolvimento, de modo que as levem a ter experiências enriquecedoras. Freitas (2010 apud MATTOS, 2016:45) destaca “que a criança com Síndrome de Down é capaz de desenvolver suas funções psicológicas superiores e no momento da brincadeira ela poderá aperfeiçoar, bem como desenvolver seus aspectos sociais”.

2.2.2. Contação de História

O educador da Educação Infantil pode trabalhar explorando o universo infantil. Para tanto, necessita de conhecimentos teóricos e práticos, bem como da capacidade de observação e de vontade para realizar o processo.

Outra forma de instigar as crianças com Síndrome de Down é a contação de história, que consiste em um processo educativo que desperta a motivação, o interesse e a concentração necessária para a aprendizagem. Além disso, fomenta o gosto pela leitura.

Vygotsky (2001 apud PACHECO, 2017:70) assevera que “na educação, [...] não existe nada de passivo, de inativo. Até as coisas mortas, quando se incorporam ao círculo da educação, quando se lhes atribuiu o papel educativo, adquirem caráter ativo e se tornam participantes ativos desse processo”. Neste sentido, a contação de história instiga a criança a usar a imaginação, relacionando o real com a fantasia. Isso denota a importância do lúdico em todo o seu processo de desenvolvimento.

A criança conhece seu mundo classificando e ordenando os objetos que a rodeiam, lendo a realidade e colocando os objetos dentro de um contexto. É mediante a leitura dos objetos no cotidiano que ela irá descrever a realidade vivenciada. A relação entre o aprendiz e as situações vivenciadas propicia experiências que lhe ajudarão a se reconhecer enquanto ser social, capaz de transformar a natureza para satisfazer suas necessidades e desenvolver conhecimentos.

Com relação às crianças pequenas, a Educação Infantil é a etapa primordial para trabalhar a construção da autonomia, a criticidade, a criatividade e os princípios éticos. Essa etapa da educação básica possibilita aos pequenos desenvolverem as capacidades físicas, cognitivas, afetivas,

estéticas, éticas, de relacionamento interpessoal e social.

Nesse âmbito, a contação de contribui para a satisfação de suas necessidades afetivas e intelectuais por meio do contato com conteúdo simbólicos (histórias lidas).

Portanto, a Educação Infantil consiste no espaço

Onde a criança é vista como sujeito, como aquele que tem o poder de se expressar, manifestando seus gostos, desejos e emoções, é o resultado das modificações da organização da sociedade bem como da construção social e histórica a respeito da criança e do sentimento de infância. (SOUZA, 2014 apud MATTOS, 2016:11)

Ressalta-se que, independentemente do nível de educação, as ações pedagógicas visam, de certa maneira, promover a boa convivência social, o conhecimento do outro e o respeito pela diferença.

Nota-se que, no contexto da Educação Infantil, a contação de história é uma atividade que envolve o cognitivo, o lúdico, a interação entre as crianças e a integração ao meio.

2.3. Perspectivas de inclusão

A educação inclusiva parte da ideia de que todas as pessoas podem e devem estar nos mesmos lugares, terem acesso aos mesmos conteúdos e serem sujeitos ativos de sua história.

Essa educação foi, por vários anos, vista com preconceito, descaso e desinteresse. Todavia, a LDB de 1996 conferiu atenção especial à educação inclusiva, o que fez com que ela começasse a ser valorizada, passando a contar com o apoio de políticas públicas para o seu desenvolvimento. Drago (2011 apud PACHECO, 2017:77) diz que “a inclusão [...] pressupõe [...] o reconhecimento de todas as diferenças que culminariam com um novo modo de organização do sistema educacional que vai muito além da mera escola em si”.

Observa-se que a educação inclusiva agrega valor ao desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades especiais, além de instigá-las ao ensino, à aprendizagem e à socialização.

De acordo com a legislação brasileira, essas crianças têm o direito de serem matriculadas no ensino regular. A CF/1988 assevera que a Educação Infantil é de direito das crianças pequenas, o que obriga o Estado a criar políticas públicas para assegurar a inclusão delas na escola (BRASIL, 1988).

Segundo Facci (2006 apud PACHECO, 2017:77), “[...] é na primeira infância que se encontra a raiz para o desenvolvimento dos processos que podem dar lugar, mas tarde, à formação de conceitos”.

Para Silva (2014 apud FACULDADE CAMPOS ELÍSIOS, 2019:1432), “a atenção recebida na escola reflete na criança, fazendo com que tome consciência do mundo de diferentes maneiras em cada etapa de seu desenvolvimento”. Para tanto, torna-se relevante a presença de

profissionais comprometido com a educação inclusiva.

Desse modo, o educador deve estar preparado para amenizar qualquer problema na vida dessas crianças, mediando e facilitando o processo ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo, deve valorizar as diferenças existentes, buscando promover um ambiente justo e igualitário.

2.3.1. Afetividade

A afetividade consiste em um dos elementos fundamentais no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos. Como ensina Vygotsky (1993 apud FACULDADE CAMPOS ELÍSIOS, 2019:574)

Quem separa desde o começo o pensamento do afeto fecha para sempre a possibilidade de explicar as causas do pensamento, porque uma análise determinista pressupõe descobrir seus motivos, as necessidades e interesses, os impulsos e tendências que regem o movimento do pensamento em um ou outro sentido.

Portanto, o processo ensino-aprendizagem é mediado também pelo afeto, pela relação com o outro. Isso faz com que as diferenças sejam aceitas, e o conhecimento, promovido.

Como bem esclarece Campbell (2009 apud MATTOS, 2016:17):

A verdadeira inclusão educacional é uma tarefa possível de ser

realizada, mas não por meio dos modelos vigentes de organização do sistema escolar e, sim, pela transformação geral das escolas, visando a atender aos princípios deste novo paradigma educacional.

Na Educação Infantil, a efetividade ocupa lugar de destaque, pois, quando o educador tem um olhar crítico, analítico e possui empatia, a motivação potencializa o desenvolvimento da criança em seus aspectos cognitivo e socioemocional.

Com relação àquelas que possuem Síndrome de Down, Cardoso (apud MATTOS, 2016:32) tece a seguinte consideração: “O professor que atende a uma criança com Síndrome de Down precisa estar consciente de sua responsabilidade e da importância de seu papel na aprendizagem e na vida desses educandos”. Portanto, o educador afetivo cumpre papel relevante no desenvolvimento intelectual e social dessas crianças.

2.3.2. Autoconfiança

As experiências infantis na Educação infantil interferem positiva e significativamente no desenvolvimento humano e na formação do cidadão crítico. Essa etapa da educação básica, ao valer-se de brincadeiras (correr, pular, dançar, desenhar, utilizar massinha de modelar, entre outras), promove experiências que fortalecem a autoconfiança. Durante a brincadeira, a criança pode desenvolver capacidades importantes, como a atenção,

a memória, a imitação, a imaginação, bem como áreas da personalidade, a saber: afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. E ainda, a Educação Infantil pode

[...] favorecer o aumento do desempenho das crianças com necessidades especiais, tendo como uma de suas funções a de facilitar o envolvimento da criança com os demais companheiros desenvolvidos o sentimento de pertença ao grupo social, fundamental à inclusão. (FREITAS, 2010 apud MATTOS, 2016:22)

As ações promovidas no ambiente escolar devem desenvolver, nas crianças, o sentimento de confiança e a consciência de pertencerem ao mesmo grupo social. Quando isso ocorre, pode-se afirmar que ela está incluída no meio que a cerca.

Para tanto, o educador deve promover um ambiente enriquecedor, no qual a criança atua de maneira autônoma e ativa, construindo o seu processo de aprendizagem e desenvolvendo a autoconfiança.

2.3.3. Interação Social

A educação inclusiva visa possibilitar a socialização dos educandos com deficiência, permitindo a todos o acesso ao conhecimento e estimulando a capacidade de utilizarem para o exercício da cidadania.

Acerca da educação inclusiva, Mantoan (apud MATTOS, 2016:16) faz uma distinção importante entre esta e a integração escolar, qual seja:

A integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora.

A socialização entre as crianças consiste em excelente meio para diminuir os preconceitos, uma vez que elas interagem umas com as outras e se aceitam como são. Assim, a convivência torna-se motivadora e prazerosa. Isso porque, “o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros” (VYGOTSKY, 1991 apud MATTOS, 2016:27).

Observa-se que trabalhar com a inclusão é um desafio constante, pois exige mudanças de hábitos e de atitudes, bem como a conscientização de que todas as pessoas são iguais (perante a lei) e diferentes (em suas singularidades).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, partindo do levantamento de livros, artigos científicos e vídeos informativos acerca da temática, além da pesquisa de campo. Nesta, utilizou-se a entrevista estruturada, a fim de identificar se a inclusão das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil ocorre de forma integral, com igualdade de oportunidades, num ambiente acolhedor, instigante e desafiador, respeitando as diferenças, de forma a garantir aprendizagens essenciais a todas elas, independentemente de raça, classe social, cultura, crença religiosa e questões genéticas.

De acordo com Freire (2014:30-31):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

As pesquisadoras foram recebidas pelo CMEI Setor União, em Goiânia, com muito profissionalismo e empatia por parte dos profissionais da instituição, que se colocaram à disposição para auxiliar no processo investigativo.

Devido ao momento de pandemia de Covid-19, as pesquisadoras decidiram, em comum acordo, que somente duas iriam visitar a instituição presencialmente, para a coleta dos dados, seguindo os protocolos de biossegurança.

A visita ao CMEI ocorreu no dia 08 de setembro de 2021, às 14:03, e teve duração aproximada de duas horas. Foram entrevistadas a diretora da instituição, Daniela Borges de Faria Vasconcelos, pedagoga e especialista em Método de Ensino, com 24 anos de experiência na área da educação, e a coordenadora pedagógica Hellen Cristine Vieira do Amaral, pedagoga e especialista em Gestão Educacional e Atendimento Educacional Especializado, atuando há 12 anos na área. Tanto a diretora quanto a coordenadora autorizaram a divulgação de

seus nomes e das fotos do CMEI sem a presença de crianças, somente



Figura 1 – Entrada principal do CMEI Setor União
Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

imagens do ambiente escolar.



Figura 2 – Secretaria do CMEI Setor União
Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as entrevistadas, os educadores que atuam na Educação Infantil, precisam ser sensíveis e atentos às crianças, de modo que as observe e as escute em suas várias linguagens, já que se manifestam por meio de sorriso, choro, silêncio, gestos, expressões faciais, desenhos, escrita espontânea, oralidade. Isso porque, deve-se fazer os registros para o planejamento das ações educativas e pedagógicas, bem como para o preenchimento de demais documentações. É por meio desses registros que o educando tem efetivada sua participação no processo educacional.

É no cotidiano que as crianças elaboram conhecimentos, ideias e representações sobre o mundo, cabendo ao educador mediar, ampliar, diversificar e complexificar esse processo. Para tanto, é necessário valer-se do que ela traz consigo e relacionar esses conhecimentos com o conhecimento sistematizado conhecimento historicamente construído).

Neste sentido, o planejamento intencional das ações educativas e pedagógicas é imprescindível para que o educador possibilite a continuidade das descobertas e da apropriação de conhecimentos pelas crianças sobre o mundo físico e sociocultural, mediando, incentivando, acompanhando e criando meios de aprendizagem e desenvolvimento. Através dessas ações e mediações, o educador torna-se co-construtor do currículo. Ademais, como pontua Freire (2014:96), “a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

As práticas pedagógicas do CMEI Vila União ocorrem mediante parcerias entre colaboradores, educandos, pais e profissionais externos. É solicitado aos pais de crianças especiais que repassem à instituição o laudo acerca da especificidade do educando. Caso haja alguma restrição, a criança é encaminhada para a inclusão nas práticas pedagógicas.

Isso promove um ambiente acolhedor, afetivo e produtivo, estimulando a

autonomia e a interação entre os alunos



Figura 3 – Agrupamento vermelho do CMEI Setor União

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).



Figura 4 – Agrupamento azul do CMEI Setor União

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

Enquanto educador, é preciso adequar as práticas pedagógicas às necessidades dos educandos. Sobre isso, Freire (2014:67) afirma que:

Outro saber fundamental à experiência educativa é o que diz respeito à sua natureza. Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões

que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho.

No CMEI Setor União, a diversidade nessas práticas inclui a Sala de Leitura e a horta, nas quais os educandos interagem e enriquecem seus conhecimentos.



Figura 5 – Sala de Leitura do CMEI Setor União

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

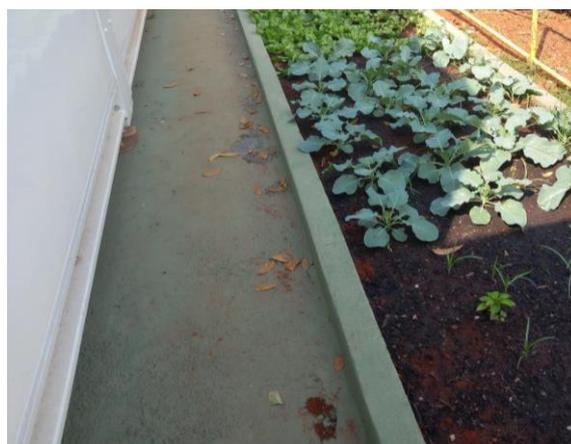


Figura 6 – Espaço natureza – horta do CMEI Setor União

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

Acerca do cardápio, os alunos têm duas ou mais opções de lanches. Isso desenvolve a autonomia, a liberdade e a sensação de pertencimento ao ambiente em que se encontra.

Cada ambiente possui o seu encanto. Quando há, em determinado ambiente, o desenvolvimento de práticas pedagógicas motivadoras, voltadas para o cognitivo das crianças – com Síndrome de Down ou não –, a aprendizagem torna-se mais significativa. Diante disso, pode-se afirmar que:

A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido. (FREIRE, 2014:110)

A entrevista no CMEI teve como objetivo principal verificar como se dá a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil e investigar as práticas pedagógicas nessa etapa de

ensino. Constatou-se que é no cotidiano que as crianças elaboram conhecimentos, ideias e representações sobre o mundo, cabendo ao educador mediar, ampliar, diversificar e complexificar esse processo. Considera-se que, por meio da pesquisa de campo, foi possível extrair conhecimentos valiosos para a compreensão sobre os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem na instituição.

O planejamento intencional das ações educativas e pedagógicas é imprescindível para que o educador possibilite a continuidade das descobertas e da apropriação de conhecimentos pelas crianças sobre o mundo físico e sociocultural, mediando, incentivando, acompanhando e criando meios de aprendizagem e desenvolvimento.

As práticas pedagógicas adotadas pelo CMEI Setor União evidenciam o quanto o caminho para a inclusão é lento, mas gratificante, pois quando os objetivos propostos são alcançados, a sensação é de trabalho realizado com base em uma educação transformadora e voltada para todos.



Figura 7 – Cardápio do CEMEI Setor União

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa possibilitou a análise, a observação e a compreensão sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Entende-se que as práticas pedagógicas promovidas nessa etapa de ensino são de suma importância, visto que proporciona a cada um a oportunidade de expressar-se, construir-se e desenvolver-se a partir de suas capacidades, interagindo com as atividades e os demais colegas.

Verificou-se que tanto as crianças com Síndrome de Down quanto as demais são diferentes umas das outras, com limitações e potencialidades. Dessa forma, cabe ao educador adequar suas práticas pedagógicas para atendê-las, de acordo com os objetivos propostos.

É importante mencionar que os alunos portadores da síndrome apresentam diferentes formas de aprendizagem, bem como dificuldades e fragilidades. Contudo, são capazes de realizar as tarefas atribuídas mediante estímulos e

intervenções, por meio de jogos, contação de história, afetividade, autoconfiança e inclusão social. E quanto maior for seu desenvolvimento, mais potencializadas serão suas habilidades.

Com base na pesquisa de campo no CMEI Vila União, pôde-se perceber que as práticas pedagógicas vão além das teorias, pois o amor, a empatia e a inclusão fazem parte do ambiente escolar. O caminho para a inclusão é lento, mas gratificante, pois quando os objetivos propostos são alcançados, a sensação é de trabalho realizado com base em uma educação transformadora e voltada para todos.

Por fim, entende-se que este estudo pode contribuir para a promoção de práticas pedagógicas voltadas para crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil, auxiliando educadores e demais profissionais da educação que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA. **O lúdico através da contação de histórias:** Uma proposta entre imaginar, divertir e apreender. 2016. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-ludico-atraves-contacao-historias-uma-proposta-entre-imaginar-divertir-aprender.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 ago. 2021.

DESCOBERTA DA SÍNDROME de Down após o nascimento por Mariana Kupfer. [S. l.: s. n.]: 2018. 1 vídeo (18 min). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=FUXUloe4yk8>>. Acesso em: 03 set. 2021.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

FACULDADE CAMPOS ELÍSIOS. Educação Infantil e práticas pedagógicas. **Revista Educar FCE**, v. 18, n. 1, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.fce.edu.br/pdf/ED18-revista.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MATTOS, Karina Cristine Borges. **A inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil**, 2016. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

PACHECO, Bruna Serjo Sousa. **A criança com Síndrome de Down na Educação Infantil: Desafios e Possibilidades**. 2017. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra, Universidade do Espírito Santo, Serra, 2017.

SILVA, Maria Cristina da; DUHART, Mônica Fernandes Rodrigues; PEREIRA, Patrícia Carolina de Souza. **Práticas pedagógicas inclusivas: Síndrome de Down**. Alfenas, 2019. Disponível em: <<https://www.unifenas.br/extensao/cursosonline/praticaspedagogicas/PDFs/Down.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SÍNDROME DE DOWN: Qual é a diferença? - 2ª Parte por Fantástico. [S. l.: s. n.]: 2015. 1 vídeo (13 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F0dnDebe0NM>>. Acesso em: 02 set. 2021.

ANEXO I

Perguntas da entrevista:

- Qual é o seu nome?
- Há quanto tempo atua como pedagoga?
- Quais as formações que possui?
- Como é trabalhar na rede pública com crianças com Síndrome de Down?

Perguntas referente a pesquisa:

- Com relação à inclusão das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil, qual é a sua opinião?
- No CMEI, as crianças com Síndrome de Down matriculadas têm quantos anos?
- Como foi sua primeira experiência com uma criança com Síndrome de Down?
- O que falta para que as crianças com Síndrome de Down sejam incluídas de maneira igualitária no sistema educacional?
- Os incentivos que as professoras utilizam são os mesmos para todos os alunos?
- Todas as crianças são diferentes umas das outras. Com certeza as crianças com Síndrome de Down são diferentes umas das outras também. Quais práticas pedagógicas são utilizadas para instigar o desenvolvimento cognitivo das crianças que apresentam lentidão para compreender as atividades propostas?
- Hoje, trabalha-se muito a relação da realidade com o lúdico. Assim sendo, como é a aprendizagem das crianças com Síndrome de Down?